

COMÉRCIO

PMS / FMLF
BIBLIOTECA

Jornal:

A Tarde

Data:

29/11/08

Caderno:

Página:

Salvador A9

Seção:

Assunto:

Bairro

PATRIMÔNIO | Projeto de retirada do calçamento português no bairro do Comércio depende de nova autorização do Iphan

Mais pedras no caminho da prefeitura

MARY WEINSTEIN

mweinstein@grupoatarde.com.br

A prefeitura terá de solicitar nova autorização ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se quiser executar o projeto de substituição das pedras portuguesas por concreto lavado, nas cores mostarda e cinza, e granito, em 34 quadras de calçadas no Comércio. A aprovação obtida em 2006 prescreveu. O começo das obras estava previsto para junho de 2009.

A consulta da prefeitura, como prevê o decreto nº 25/37, foi feita em 2006 e terá que ser refeita, porque, de acordo com a portaria nº 10, de 10/9/1986, a validade da análise (expedida em 11/7/2006) era de dois anos, a partir da data de expedição do alvará (da prefeitura). O período também é contado a partir da data da concessão se, decorridos mais de três meses, a prefeitura ainda não tiver licenciado a obra. No caso do Comércio, não havia licenciamento emitido.

Com o prazo expirado, o pro-

jeto poderia ter sido prorrogado, se o Iphan assim tivesse entendido. Mas a prorrogação teria de ser requerida 30 dias antes do fim do prazo da aprovação do projeto. E isso não foi feito. Como a obra não tinha sido começada, a aprovação do Iphan foi automaticamente cancelada. O atual superintendente do Iphan, Carlos Amorim, ressaltou que a legislação é clara e determinante. Ele enfatizou que o projeto pode ser de novo submetido à análise.

PROJETO – O coordenador do Escritório de Revitalização do Comércio, Marcus Cidreira, disse que a execução do projeto elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira, vinculada à Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seplam), custará R\$ 9,845 milhões, dividido igualmente entre os parceiros. À prefeitura cabe disponibilizar a mão-de-obra; à iniciativa privada, o fornecimento de material de construção; e ao Ministério das Cidades, o pagamento em di-

nheiro. Ao todo, o metro quadrado foi avaliado em R\$ 160.

“O projeto poderá transformar o bairro do Comércio em um shopping center a céu aberto. Hoje, as pessoas andam olhando para o chão, em vez de olhar para as vitrines, com medo de quebrar as pernas. O Comércio está um caos, porque está abandonado há 20 anos”, protestou Cidreira.

“Agora que o projeto está aprovado pela Seplam e pelo Iphan, o Comércio mudará. A população inteira odeia as pedras portuguesas. Elas não têm nada a ver com o tombamento. Mas tombando ou não, de forma ditatorial, o Iphan não conseguirá atrapalhar mais do que já vinha atrapalhando. Foi ditatorial porque não houve consulta a ninguém sobre o tombamento. Eles (o Iphan) têm poderes hoje de regime militar”, protestou Marcus Cidreira, ainda sem ter conhecimento de que o prazo da autorização já estava expirado.

O coordenador chegou a afirmar que será feita uma consulta popular para confirmar a prefe-



Substituição das pedras por granito e concreto custará R\$ R\$ 9,8 mi

rência dos transeuntes do Comércio. “Fizemos uma experiência na Rua São João e o Beco do Adão, nas imediações da Faculdade São Salvador, onde colocamos concreto com adorno de granito. E é o único lugar do bairro em que as pessoas conseguem andar olhando para frente”, garantiu Marcus Cidreira.

Ao saber que o prazo para a execução da obra havia expirado, Cidreira reagiu. “Não tem problema, a gente submete de novo, e vê se aprova. Mas eles vão ter que se ver com a sociedade. O que eles perderam com as obras da Barra e da Centenário, eu não vou nem falar. Eles querem continuar administrando ruínas”, disse. “O Iphan quer ficar acomodado e continua com os seus somente 40 técnicos desatualizados e desmotivados. O Escritório gostaria que o Iphan passasse a administrar o patrimônio”, prosseguiu.

“Eu fui a Ávila, Toledo, Madri, Barcelona, Salamanca. E, nessas cidades, fizeram modificações radicais para que fosse possível gerar emprego, por meio do turismo. Eles fizeram uma escada rolante de 70 metros em uma cidade para que a vibração dos ônibus não danificasse o patrimônio”, contou Cidreira.

Ele afirmou que a requalificação das calçadas poderá ser feita também em pedra portuguesa. “Vai depender da população e do Iphan. Só que a manutenção é permanente”, eximiu-se. A prefeitura também pretende substituir as pedras portuguesas ainda existentes na Praça Castro Alves e Rua Chile.

i

Notícia integrada: Leia outras matérias sobre o tema no Portal A TARDE ON LINE | www.atarde.com.br

A consulta da prefeitura para a troca do calçamento no Comércio, como prevê o decreto nº 25/37, foi feita em 2006 e terá que ser refeita porque, de acordo com a portaria nº 10, de 10/9/1986, a validade da análise (expedida em 11/7/2006) era de dois anos, a partir da data de expedição do alvará (da prefeitura).